

## NARRATIVAS E O IDEAL DA LUSOFONIA: LINGUAGEM, MÍDIA, TRATAMENTO E CONCEPÇÕES

### FRANCISCO GILSON REBOUÇAS PÔRTO JUNIOR

Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: [gilsonportouft@gmail.com](mailto:gilsonportouft@gmail.com).

### ANDRÉIA ROCHA

Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Educação e Jornalismo- Temas Contemporâneos. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC/Estácio de Sá). E-mail: [jornalistaandreiariocha@gmail.com](mailto:jornalistaandreiariocha@gmail.com).

### RESUMO

Este artigo discorre sobre a interseção de dois universos importantes para a instrumentalização do sujeito, como ser social e político, diante do mundo que o cerca: universos linguístico e midiático. Sabendo que a língua é código fundamental para a interação social e elemento necessário para os moldes e remodelamentos que o ser humano (re) cria, a mídia pode ser força propulsora de pluralização da língua, democratizando-a; ou ser força que impulsiona preconceitos e equívocos acerca da língua. Além disso, a visibilidade e a atuação da Comunidade dos Países de Língua portuguesa (CPLP) mediante a mídia e a sociedade podem ajudar a entender o alcance da língua portuguesa nos países lusófonos. E, nesse caminho, a lusofonia é um termo importante para ser elucidado.

**Palavras-chave:** Língua. Mídia. CPLP. Lusofonia. Narrativa.

## ABSTRACT

This article discusses the intersection of two important universes for the instrumentalization of the subject, as a social and political being, in the face of the world around him: linguistic and media universes. Knowing that language is a fundamental code for social interaction and a necessary element for the molds and remodeling that human beings (re) create, the media can be a driving force for the pluralization of language, democratizing it; or being a force that drives prejudices and misconceptions about language. In addition, the visibility and performance of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) through the media and society can help to understand the reach of the Portuguese language in Portuguese-speaking countries. And, in this way, Lusophony is an important term to be clarified.

**Keywords:** Language. Media. CPLP. Lusophony. Narrative.

## INTRODUÇÃO

Não é difícil perceber que os profissionais da comunicação se instrumentalizam da língua para exercer suas atividades, sejam elas em qualquer plataforma midiática- TV, impresso, web, rádio; sejam elas em qualquer fase de produção do conteúdo noticioso, como apurar, reportar, entrevistar.

Sabendo disso, é inevitável perceber que existe uma área de interseção importante entre a mídia e a língua. No entanto, não só como código utilizado para noticiar, a língua também é, comumente, noticiada, uma vez que ela faz parte da vida e da história da humanidade.

Ao considerar o universo linguístico como parte orgânica do sujeito humano, entende-se que esse organismo é vivo e, portanto, passível de sofrer alterações mediante o tempo. Dessa forma, pensar em língua requer fazer um recorte temporal, além de situá-la em outras esferas, como: região, idade do falante, profissão, classe social. Esses pontos, quando considerados, traz para o universo linguístico os estudos da sua ciência, a Linguística, especialmente, a Sociolinguística- que considera a língua dentro do âmbito social, em seu uso propriamente dito.

Em meio a esse panorama, a mídia se coloca como um instrumento que pode consolidar a pluralidade da língua ou propagar equívocos e preconceitos. Ao ter a língua como pauta, os profissionais da comunicação têm a oportunidade de esclarecer atos de fala que contrariam as prescrições da norma padrão, utilizando-se de vozes de especialistas. No entanto, a narrativa das matérias que versam sobre a língua portuguesa apresenta, muitas vezes, apenas o tom descritivo e debochado do “erro” de português, sem contextualizar ou trazer desdobramentos.

Neste artigo, discutimos sobre concepções de língua e suas implicações nas relações sociocomunicativas, tentando traçar parte do cenário comum das matérias que versam sobre a língua portuguesa, atentando para concepções de língua que podem estar atreladas à narrativa dessas matérias e sobre o impacto que tais concepções acabam por atingir o público.

Além disso, apresentamos um pouco do cenário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como instituição que se propõe a promover a língua portuguesa mundo afora, criando mecanismos de divulgação. Nesse contexto, o conceito de lusofonia se constitui uma questão a ser debatida, visto que existem entraves culturais e linguísticos nos países que compõem a CPLP que podem impactar diretamente a tentativa de Portugal de tornar a lusofonia um instrumento de reaproximação com suas ex-colônias.

## **LÍNGUA NA MÍDIA: CONCEPÇÕES E TRATATIVAS**

Conceituar a língua não é tarefa simples, diante da sua complexidade e da interseção que o universo linguístico faz com outras áreas, como a antropologia, a sociologia, a psicologia. Portanto, a concepção de língua que o sujeito tem, assim como qual concepção ou concepções os meios de comunicação de massa têm de língua, é fundamental para iniciar qualquer análise de matérias que tratam sobre o tema na mídia.

O impacto que o tema língua proporciona à vida dos cidadãos pode não ser sentido de imediato. No entanto, com a insistência de divulgação de matérias que só tratam a língua de maneira prescritivista, pode ocorrer a legitimação de ideias equivocadas sobre a língua no meio social, considerando-a como algo que nunca se consegue ter domínio, uma vez que as regras gramaticais e dicionaristas estão sempre em alta e geram, muitas vezes, situações em que se criam preconceito e discriminação, incitando declarações de deboche, por exemplo, entre os sujeitos.

Mas, afinal, o que é a língua? De acordo com as pesquisas realizadas dentro da ciência da linguagem, a Linguística, entende-se que o universo de qualquer idioma extrapola as páginas dos compêndios gramaticais e dicionaristas. É o alcance da comunicação, da interação social, que está em primeiro lugar como o objetivo de todo e qualquer código linguístico. Porém, sobrevive a ideia equivocada que para aprender uma língua de verdade é necessário iniciar a vida escolar e, a partir de então, conhecer os melindres das prescrições da norma culta e, conseqüentemente, estar apto naquele idioma. Isso seria uma visão normativista, que segundo Bagno (2009), está ligada a uma concepção purista da

língua, que é nociva ao bem comum, sendo um instrumento de autoritarismo e de exclusão, tanto no ambiente escolar, como fora dele.

Dessa forma, avaliar as manifestações linguísticas no meio social mediante apenas a correspondência válida ou não, aceita ou não, segundo as regras gramaticais, não abarca o complexo e plural universo linguístico. Ora, antes da criação das primeiras gramáticas, o ser humano já se comunicava e produzia, inclusive, textos diversos, que cumpriam funções várias de linguagem, dentre elas, a literária, com obras como *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero.

Contudo, é possível encontrar no meio social e midiático a concepção purista da língua. Matérias que tratam unicamente do que pode ou não ser dito e escrito, de acordo com as regras gramaticais estão mais presentes na mídia do que um conteúdo mais aprofundado e pautado nas descobertas da Linguística, por exemplo. Essa postura mais purista e simplificadora acerca dos fenômenos da língua prejudica as relações sociocomunicativas, já que podem gerar preconceito e uma escala de valor atribuída aos sujeitos, tais como: *“É mais inteligente porque sabe aplicar as regras de concordância verbal”*; *“Está matando a língua portuguesa porque usou a palavra “menas””* e assim por diante.

Bagno (2009) ressalta o quanto uma atitude purista sobre a língua acaba por propiciar uma visão preconceituosa sobre atos de fala que não estão de acordo com as regras da norma padrão:

A qualificação de *purista* é atribuída àquela pessoa que defende a “pureza” da língua contra todas as formas inovadoras, que são sempre consideradas como sinais de “decadência”, “corrupção” e “ruína”, não só da língua como também, muitas vezes, dos valores morais da sociedade. De fato, é interessante observar como, no discurso dos puristas, existe sempre uma relação estreita entre a tentativa de preservar a língua e preservar a “moral” da sociedade” (2009, p. 30)

Possível perceber o quanto a língua pode funcionar como um balizador nas relações sociais e provocar estigmas. Manter a pureza da língua é uma tentativa de manter a divisão na sociedade, equalizar os cidadãos entre aqueles que são sábios e competentes linguisticamente e aqueles que estão no rol dos fracassados e sem inteligência. Por isso, é fundamental ir além da redoma imposta pelo sistema educacional- que reforça na mente do aluno que só agora ele vai aprender, de fato, a língua portuguesa. É urgente ir além do tradicionalismo do ensino e construir autoestima no indivíduo, a fim de tornar esse sujeito capaz de entender sua variedade linguística e, mais do que isso, entender que existem outras variedades, respeitando cada uma delas.

Essa atitude se faz necessária para que as relações sociais aconteçam de forma menos violenta, no campo linguístico, com menos preconceito e discriminação, como salienta Bagno (2009):

No Brasil, a situação linguística revela um drama parecido, embora a violência aqui seja exercida no nível do simbólico, mas nem por isso menos violenta. OS brasileiros urbanos letrados não só discriminam o modo de falar de seus compatriotas analfabetos, semianalfabetos, pobres e excluídos, como também discriminam o seu próprio modo de falar, as suas próprias variedades linguísticas. (p. 21)

Mas, o que seria, de fato, a língua? Diversas pesquisas desenvolvidas pela ciência da linguagem, em interseção com outras áreas do conhecimento, têm apontado que a definição é mais ampla. A ideia de que a língua está fora do indivíduo, sendo apenas acionada quando necessário, favorece a concepção equivocada de que a língua é uma espécie de utensílio, um objeto que se usa para estabelecer a comunicação, entender o mundo que nos cerca, e, após esse uso, ela volta para algum canto de uma prateleira, onde se organiza uma série de objetos úteis às experiências humanas. Como aponta Calvet (2002):

Uma das reservas que pode manifestar contra as definições da língua que a reduzem a um “instrumento de comunicação” é que elas podem levar a crer em uma relação neutra entre o falante e sua língua. Um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se dispensa em seguida. Com efeito, existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com quem as utilizam, que torna superficial a análise como simples instrumento. (p.57)

Por conta da sua relevância para a formação do ser humano, cientistas da linguagem inserem a língua dentro de uma esfera que vai além do normativismo gramatical. Antes de ter suas regras de funcionamento delineadas, registradas e divulgadas, por meio do que conhecemos por gramática, a língua já era e ainda é parte essencial da vida do sujeito. Como reitera Bagno (2014): “**Ser humano é ser na linguagem (...)** A linguagem faz parte da nossa própria constituição física, fisiológica, constituição que inclui também nossa psique.” (p.11- grifo do autor).

Já que o ser humano é um ser social por excelência, a língua/linguagem acaba por impactar diretamente as dinâmicas sociais porque é por meio dela que acontecem as internalizações, as normatizações do que está ou não dentro do indicado, do permitido socialmente. Para Bagno (2009), a língua(gem) precisa ser discutida com respeito e sem visões preconceituosas e discriminatórias. O tema merece ter o mesmo cuidado semelhante às questões de religião, orientação sexual, por exemplo, tão fundamentais quando se planeja formar uma sociedade mais harmônica.

Se queremos construir uma sociedade tolerante, que valorize a diversidade, uma sociedade em que as diferenças de sexo, cor de pele, de opção religiosa, de idade, de condições físicas, de orientação sexual não sejam usadas como fator de discriminação e perseguição, temos que exigir também que as diferenças nos comportamentos linguísticos sejam respeitadas e valorizadas. (p.28)

Além disso, a linguagem, pela sua dimensão, acaba por impactar diretamente as relações socioculturais. Ela é instrumento fundamental na questão do conhecimento humano e, por isso, quando é pauta nos veículos de comunicação, atrai o público, que se sente instigado. No entanto, é importante entender que a questão de aprender uma língua não está unicamente atrelada a internalizar as regras gramaticais e dicionaristas, postura que é comumente reforçada por matérias que tratam sobre as questões linguísticas.

Sobre isso, Antunes (2007) explicita:

Saber uma língua equivale a saber a gramática (normativa); ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua. É o que se revela, por exemplo, na fala das pessoas quando dizem que ‘alguém não sabe falar’. Na verdade, essas pessoas estão querendo dizer que alguém ‘não sabe falar de acordo com a gramática da suposta norma culta’. Para essas pessoas, língua e gramática se equivalem. Uma esgota a outra. Uma preenche inteiramente a outra. Nenhuma é mais que a outra. (p.39)

Dessa forma, é necessário que a mídia comece a lidar de maneira mais plural os usos da língua. Percebe-se, então, que os meios de comunicação acabam funcionando mais como um pronto-socorro gramatical, expondo o jogo acirrado entre o que é “certo” e “errado” na língua, apenas no que diz respeito às regras gramaticais e dicionaristas.

Não há espaço para que as pesquisas da Linguística sejam expostas ou, até mesmo, que as matérias tenham uma voz de especialista, e não somente o relato do jornalista ou o parecer de um professor de gramática. Além disso, as matérias que lidam com o tema, muitas vezes, são conduzidas por uma narrativa simplista, que apenas aponta o “erro” cometido por uma pessoa de notoriedade ou relevância, seja um político ou uma celebridade.

Esse cenário pode ser maléfico, quando se entende que a concepção de língua, a mais ampla e científica, aponta para um universo que extrapola as prescrições ou descrições gramaticais e dicionaristas. Ou seja, analisar um ato de fala é bem mais que tentar enquadrá-lo numa forma que está certa ou não. Estabelecer comunicação e, conseqüentemente, conseguir interagir socialmente, tem como premissa, segundo a

Linguística, “fazer-se entender”. Para tanto, há fatores extralinguísticos em jogo, como quem fala, como fala, em que momento esta fala ocorre, quem é o interlocutor, qual o meio.

Portanto, a concepção de língua, quando apenas atrelada ao caráter normativo, acaba por reduzir o amplo repertório linguístico que já existe no sujeito falante desta língua, antes mesmo que ele inicie sua trajetória escolar. Essa concepção acaba também reforçando o preconceito de que pessoas que não conseguiram ter uma trajetória escolar não sabem sua língua e, mais do que isso, leva ao equívoco de achar que, pelo sujeito ter um percurso escolar mais completo, atingindo, inclusive, o nível superior, já está com a credencial de domínio da norma padrão, o que pode ser desmitificado com estudos realizados mundo afora, e no Brasil, como o projeto Norma Linguística Urbana Culta (Nurc), criado em 1965 e desenvolvido por linguistas nos departamentos de Letras das Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, que analisa fala espontânea de público com nível superior completo e registra desvios da norma. Como afirma Bagno (2015):

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou não existe nenhuma língua no mundo que seja uma, uniforme e homogênea. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.) (p.27)

Dessa forma, as matérias jornalísticas que tratam de questões linguísticas precisam sair da narrativa meramente prescritiva e ganhar um tom mais aprofundado, no sentido de ampliar o entendimento acerca da língua que, comumente, está atrelado apenas ao que a norma prescreve. Utilizar um discurso que contém apenas a gramática tradicional não condiz com a premissa jornalística que é a de trazer apuração e vozes múltiplas para as matérias.

Muitas vezes, encontramos apenas a voz do jornalista que reverbera a concepção prescritiva da língua e se constitui como a única voz do texto da matéria; ou a voz de um gramático, que vai se ater ao dualismo de certo versus errado, conforme as regras gramaticais e dicionaristas. Essa apresentação do tema na mídia pode acabar consolidando equívocos de concepção da língua e cristalizando preconceitos e discriminação na sociedade.

Sobre isso, questiona Bagno (2015):

Por que o discurso gramatical tradicional, já tão amplamente criticado pelos cientistas da linguagem com base em teorias e métodos consistentes e coerentes, ainda tem tanto vigor e obtém tanta defesa? Que ameaça ao tipo de sociedade em que vivemos representa a democratização do saber linguístico, a divulgação ampla das descobertas deste campo científico, a liberação da voz de tantos milhões de pessoas condenadas ao silêncio por “não saber português” ou por “falar tudo errado”? A quem interessa defender o “português ortodoxo” de uns pouquíssimos melhores contra suposta “heresia gramatical” de muitos milhões de outros? (p.256)

No capítulo que segue, vamos traçar breve panorama da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que vem sendo uma instituição importante no mundo lusófono, sobretudo, no que diz respeito ao ideal de lusofonia e da pretensa importância da língua portuguesa no cenário mundial.

## **A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E O IDEAL DE LUSOFONIA**

A língua portuguesa totaliza cerca de 260 milhões de falantes em todo o mundo e é o idioma oficial de nove países, sendo eles: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Cabo Verde, países que formam, desde 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Vale destacar também que, além desses países, o Português é falado em Macau, Goa e Malaca (Malásia).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) está embasada, em três grandes objetivos: a promoção e difusão da língua portuguesa, a concertação político-diplomática e a cooperação em todos os domínios. Dessa forma, desde a sua fundação, foram realizadas várias tentativas de se encontrar o caminho que mais fosse frutífero na divulgação do português, valendo como uma de suas estratégias principais, a criação de institutos da língua portuguesa em territórios não lusófonos.

Historicamente, vale também destacar que a CPLP foi vista por Portugal como um instrumento de “*reaproximação político-diplomática com o Brasil e com as ex-colônias africanas*” (FARACO, p.302). No entanto, quando se analisa a realidade linguística desses países, sabe-se que apenas Portugal e Brasil têm, de fato, o português como língua majoritária. Segundo Faraco (2016), embora Portugal e Brasil sejam os países lusófonos de maior destaque no cenário mundial, ainda há um caminho longo a ser percorrido a fim de se construir entre os dois países uma relação mais estreita e conjunta quanto a políticas mais eficazes de promoção do idioma português:

O mais comum tem sido a ausência de planificação e diálogos conjuntos. No geral, predominam ainda políticas puramente nacionais, o que em última instância, redundam em dificuldades para o português ocupar uma melhor posição internacional entre as línguas mais faladas. (p. 364)

Quando analisamos o percurso histórico da CPLP, percebemos que sua criação foi uma estratégia das lideranças políticas e econômicas de Portugal e que, na década de 90, houve pouca movimentação do Brasil a favor da Comunidade. Os termos lusofonia e CPLP pouco têm ganhado visibilidade na mídia brasileira e, no cenário político, as iniciativas em busca de fortalecimento da instituição no país têm sido escassas, diferentemente do que ocorre em Portugal. Como pondera Faraco (2016):

É útil observar que o tema da CPLP (e, conseqüentemente o da *lusofonia*) não foi, efetivamente, adotado pela sociedade brasileira. Sinal claro disso é o fato de que só muito raramente ele aparece na imprensa diária do país. Bem ao contrário, portanto, do que ocorre em Portugal onde o tema está recorrentemente presente na imprensa diária (p. 304, *grifo do autor*)

A efetivação da CPLP, mediante seus mecanismos de atuação, não tem sido plena. Inclusive os países que a compõem acabaram por não se envolver muito porque o objetivo da Comunidade não é diretamente atrelado às questões econômicas, diferentemente de outras instituições como o Mercosul, que atraíram bem mais o Brasil, por exemplo. Provas desse engajamento político com o cenário sul-americano, que permanece até os dias atuais, são a decisão de tornar obrigatória a oferta do espanhol no ensino médio (lei nº11.161/2005), além da criação, em 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) no estado do Paraná.

Já sobre a efetiva participação brasileira na CPLP, ainda que o Brasil seja membro importante por sua dimensão territorial, numérica (mais de 200 milhões de falantes da língua), as relações de afetividade e de aproximação por compartilhamento da língua, e também sua projeção internacional, quando comparado com os demais membros da Comunidade, ainda há pouca atuação do Brasil na CPLP. Para Faraco (2016), a própria estruturação da Comunidade desmotiva o governo brasileiro:

Nesse quadro amplo, a CPLP raramente se apresentou como uma efetiva prioridade- o Brasil não recusa o projeto (as ditas “razões “sentimentais” sempre recorrem como pretexto); mas não se envolve nele com grande empenho, na medida em que, bem avaliadas, são poucas as vantagens estratégicas dessa organização internacional para o país. Afinal, raros são os objetivos político-

diplomáticos e econômicos sociais que dependem dos fóruns multilaterais da CPLP e que não podem ser alcançados por meio das relações bilaterais ou de outras organizações internacionais. (2016, p. 307-grifo do autor)

Além disso, quando analisamos os demais países, como os países africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), também encontramos desinteresse. Freixo (2009, p. 57) salienta que o desinteresse desses países pela CPLP tem, sobretudo, raízes econômicas:

O principal interesse dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam buscar o desenvolvimento econômico e a resolução de seus graves problemas sociais. Nesse aspecto, a participação na CPLP não apresenta nenhum atrativo especial para esses países, visto que seu principal ator- Portugal- tem uma capacidade de investimento bastante reduzida se comparada com a de outros países da União Europeia ou com os Estados Unidos, de quem os PALOP têm se aproximado em busca de parcerias estratégicas.

Outro ponto é que, mesmo sendo um órgão internacional, a CPLP não consegue galgar espaços mais significativos na mídia. Já são quase 20 anos de existência, mas a Comunidade não consegue se firmar como fonte de informação sobre o mundo lusófono. O que acontece é que sua menção é mais comum em Portugal. Portanto, o desejo do governo português em resgatar relações com suas ex-colônias ainda caminha a passos lentos, embora a instituição tenha quase três décadas de existência. Como aponta Faraco (2009, p.308), *“não são muito alentadoras as possibilidades de a CPLP se firmar como um organismo internacional para além da retórica sentimental.”*

Dessa forma, parece-nos válido destacar que o sustentáculo da CPLP está tão somente na questão cultural, limitando, portanto, sua expansão e consolidação como órgão internacional importante, ainda que seja apenas no seu território de atuação, que são os países lusófonos. Quanto a isso, Freixo (2009, p. 68) conclui, levantando questões importantes:

São questões que versam sobre até que ponto a língua portuguesa pode funcionar como um elemento de unidade cultural entre os nove membros da CPLP e sobre a legitimidade de uma comunidade que se assenta sobre um discurso que é essencialmente português- o da lusofonia, formulado dentro de uma lógica política e ideológica específica, que tem norteado os movimentos do ator mais empenhado em sua construção.

Assim, resta-nos o questionamento: qual a importância da lusofonia para os países de língua portuguesa? Acreditar que existe uma língua portuguesa única, falada em nove países espalhados pelo mundo não condiz com as pesquisas da Linguística. Se entendermos a língua como estrutura viva e mutável, é impossível que todos os cidadãos desses países falem a mesma língua. Há diferenças geográficas, culturais, temporais e de outros tipos que impedem que exista a similaridade total entre o português brasileiro, europeu, africano e asiático.

Dessa forma a lusofonia, enquanto o conjunto de países e povos que falam a língua portuguesa, precisa também abarcar e, principalmente, respeitar as variações de língua que ainda sobrevivem dentro das fronteiras dos nove países que compõem a CPLP.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A língua portuguesa e a lusofonia são temas necessários para a formação da identidade nos países que compõem a porção de falantes de português no mundo. No entanto, é necessário refletir sobre a realidade da língua nesses países, tendo em mente que ainda sobrevivem línguas maternas que merecem respeito.

Políticas linguísticas mais eficazes e, evidentemente, políticas educacionais precisam ser inseridas de forma mais eficaz nesses países, a fim de tornar o processo de aprendizagem da língua portuguesa menos violento e mais respeitoso. É válido destacar que o cenário sociopolítico e econômico vivenciado nos países, principalmente africanos, é um dos entraves para que a propagação do português- um dos objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- ocorra de maneira mais assertiva.

O ideal de lusofonia encabeçado por Portugal tem raízes históricas e culturais e vem sendo questionado por estudiosos que se dedicam às questões de língua. Muito tem se discutido sobre o tema, e as conclusões apontam para uma tentativa de neocolonização por parte de Portugal, mascarado por objetivos de união e fraternidade. Como discorre Faraco (2018):

Há, nesse discurso, uma ênfase ao papel que a língua exerce, em tese, como elemento aglutinador dos povos que a falam e daquilo que haveria de chão comum, dado pelo colonizador português, em suas respectivas culturas. Não se dá, obviamente, ênfase à língua como indicadora de uma específica ordenação do mundo social, com suas divisões, delimitações de territórios e conflitos. (p. 316)

Dessa forma, entender, primeiramente, que toda e qualquer língua não é uma e se manifesta por meio de variações legítimas e eficazes no meio social se faz urgente mediante

o cenário conflituoso que cerca o universo da língua portuguesa. Para tanto, trabalhar melhor a narrativa das matérias que tratam das questões de língua portuguesa, seguindo as descobertas da Linguística que apontam a multiplicidade e pluralidade, é tarefa essencial para o sentimento de pertença dos sujeitos de língua portuguesa, ainda que vivam no Brasil, em Portugal, ou em outro país que compõe a CPLP.

E, nesse caminho tão necessário, os profissionais da mídia se constituem peça fundamental.

## REFERÊNCIAS

ABDULA, R. A. M.; TIMBANE, A. A.; QUEBI, D. O. **As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP**. RILP. Série 4, nº31, p.23-46, 2017

ALVES, E. J.; SILVA, B. D. DA; SILVA, R. DA S. DA. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO PROCESSO DE BOLONHA EM PORTUGAL. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 248-273, 1 out. 2017.

ANECLETO, ÚRSULA C. AMBIENTE MOODLE E AMPLIAÇÃO DO LETRAMENTO DIGITAL: experiência com gênero emergente fórum de discussão. **Revista Observatório**, v. 4, n. 5, p. 182-205, 1 ago. 2018.

ARAPIRACA, M. DE A.; BELTRÃO, L. M. F.; OLIVEIRA, J. V. DOS S. AULAS DE PORTUGUÊS NA ERA DIGITAL: que dizem certos alunos? **Revista Observatório**, v. 4, n. 5, p. 116-148, 1 ago. 2018.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **A norma oculta - língua & poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Língua, Linguagem e Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COSTA, L. P. DA S. OS MULTILETRAMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Revista Observatório**, v. 4, n. 5, p. 149-181, 1 ago. 2018.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Estatística da CPLP-2012. Lisboa: INE, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016

\_\_\_\_\_. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

MOIO, I.; ALCOFORADO, L.; VIEIRA, C. C. A DECLARAÇÃO DE BOLONHA E O REFORÇO DA ABERTURA DO ENSINO SUPERIOR A NOVOS PÚBLICOS: percepções de pessoas adultas que frequentam a Universidade de Coimbra. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 169-201, 1 out. 2017.

MOTA, L. C. M. DE A.; FERREIRA, A. G. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL NO QUADRO DO ESPAÇO EUROPEU DE ENSINO SUPERIOR. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 38-74, 1 out. 2017.

NUNES, S. G.; PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R. DE. CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO: indicativos pós-Bolonha de uma sociedade em construção. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 338-353, 1 out. 2017.

PERINI, Mário. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2009.

PORTO JUNIOR, F. G. R.; MORAES, N. R. DE. FORMANDO PESQUISADORES PÓS-BOLONHA EM PORTUGAL: relações entre a formação de graduação e o campo da pesquisa/investigação. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 202-228, 1 out. 2017.

REIS, E. G. DOS. O ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE BOLONHA. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 142-168, 1 out. 2017.

SILVA, B. D.; SARTORI, A. S.; MARTINI, R. G. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO AGENTES DE INTEGRAÇÃO DO CURRÍCULO COM A GLOBALIDADE. **Revista Observatório**, v. 3, n. 4, p. 387-406, 1 jul. 2017.

TEIXEIRA, I.; DA SILVA, V. C.; MARTINS, J. L. A CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA E AS TECNOLOGIAS MÓVEIS PÓS-BOLONHA: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 229-247, 1 out. 2017.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

#### **SOBRE OS AUTORES:**

**AUTOR 1:** Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

**AUTOR 2:** Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Educação e Jornalismo- Temas Contemporâneos. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC/Estácio de Sá). E-mail: jornalistaandreiarocha@gmail.com.